



Votação para escolha de membros do comitê gestor de atenção prioritária ao 1º grau termina nesta terça-feira

Termina nesta terça-feira, dia 10, às 23h50, a eleição eletrônica para escolha dos servidores que vão integrar o Comitê Gestor Regional de Atenção



Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGR-Priori), instituído pela Resolução Presi nº 9 de 6 de fevereiro de 2015, com base na Resolução CNJ 194, de 26 de maio de 2014.

Podem votar magistrados e servidores da Justiça Federal da 1ª Região. Cada eleitor terá direito a 1 (um) voto, que será controlado eletronicamente.

O Comitê - Entre as atribuições do CGR-Priori estão as de fomentar, coordenar e implementar os programas, os projetos e as ações vinculados à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, coordenada pela CNJ, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.

Para votar, [clique aqui](#).

CJF libera mais de R\$ 370 milhões em requisições de pequeno valor

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos tribunais regionais federais (TRFs) limites financeiros no valor de R\$ 372.197.646,75, relativos às requisições de pequeno valor (RPVs) autuadas em janeiro de 2015.

Para o TRF da 1ª Região, foi liberado o montante de mais de R\$ 90 milhões. Deste valor, R\$ 65,4 milhões são destinados ao pagamento de benefícios previdenciários, contemplando 6.678 pessoas, em 6.118 ações.

TNU realiza sessão ordinária de julgamento na próxima quarta-feira

A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) realiza sessão ordinária de julgamento na próxima quarta-feira, 11 de março, às 8h30, na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília.

A sessão terá a participação do juiz federal Paulo Ernane Moreira Barros, da Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás, membro efetivo da TNU.

TRF1 registra maior número de acordos em conciliação de contratos do SFH em 2014

Os tribunais da Justiça Federal superaram em 30,29% a meta para designação de audiências de conciliação de contratos envolvendo o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A meta era agendar 3.400 audiências ao longo de 2014. Segundo levantamento feito pela Empresa Gestora de Ativos (Emgea), no ano passado foram designadas 4.430 audiências de conciliação pelos Tribunais Regionais Federais (TRFs).

Ainda de acordo com o levantamento, 48% das audiências realizadas resultaram em acordos entre os mutuários e a Caixa Econômica Federal (CEF), com o retorno de R\$ 70,3 milhões ao SFH. Os valores recuperados são revertidos para novos financiamentos. As metas são definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em conjunto com representantes dos TRFs, da CEF e da Emgea.

O TRF da 1ª Região foi o que registrou o maior percentual de acordos, apesar de a meta de audiências não ter sido cumprida. No total, foram designadas 1.111 audiências e houve acordo em 59% delas. A meta estabelecida para o ano era de 1.255 audiências. O montante recuperado com as conciliações fechadas foi de R\$ 20,6 milhões.

No dia 25 de março, será realizada uma reunião do conselheiro Guilherme Calmon, responsável pelo tema da conciliação na Justiça Federal no âmbito da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania, com membros dos TRFs, da CEF e da Emgea para definir as metas de conciliação de contratos do SFH em 2015.

Fonte: CNJ

Tribunal Regional Federal da Primeira Região
Assessoria de Comunicação Social
ascom.trf1@trf1.jus.br
(61) 3314-5379